

finanças do GDF

320 bilhões do orçamento do Distrito Federal

Golpe mortal na economia do Distrito Federal. Assim pode ser considerada a proposta de reforma tributária que está sendo elaborada pelo ministro do Planejamento, João Sayad, prevendo a eliminação do artigo que determina o recolhimento em Brasília do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) decorrente da revenda do trigo importado pelo Banco do Brasil.

O orçamento do Governo do Distrito Federal este ano será de Cr\$ 1,5 trilhão, sendo que a arrecadação de impostos deverá atingir Cr\$ 750 bilhões, dos quais Cr\$ 320 bilhões correspondem à receita do ICM da revenda do trigo importado pelo Banco do Brasil. Ou seja, a receita do trigo corresponde a 42,6 por cento do total da arrecadação regional.

Estimativas realizadas pela Secretaria de Finanças do GDF chegaram à conclusão que os programas sociais em execução pelo governador José Aparecido sofrerão drástico retrocesso caso a medida seja aprovada. Será igualmente prejudicada a oferta de emprego na região geoeconômica do DF. As atividades que terão mais prejuízos na oferta de trabalho deverão ser a construção civil e os setores ligados ao saneamento básico, transporte, educação, saúde, etc.

O secretário de Finanças, Marco Aurélio Martins, acompanha o assunto com preocupa-

ção, na discussão da reforma tributária de emergência, cujo futuro é incerto devido ao ano eleitoral. O Governo não está disposto a realizar uma reforma tributária ampla que destine aos governos estaduais mais do que os Cr\$ 5 trilhões já previstos pelo recente pacote econômico aprovado pelo presidente Sarney. Mas, como o assunto deverá ser votado pelo Congresso, não está afastada a possibilidade de expansão desses recursos, recibo alimentado pelo presidente Sarney, pois agravaria as condições já precárias do déficit público e dificultaria ainda mais as negociações com o Fundo Monetário Internacional, que reivindica um déficit zero até dezembro.

O secretário Marco Aurélio, sob a orientação do governador José Aparecido, tem se posicionado de forma radical contra a idéia da Secretaria do Planejamento da Presidência da República. Ocorre, entretanto, que forças políticas poderosas estão trabalhando contra os interesses do Distrito Federal. A principal delas é a das bancadas de todos os partidos políticos do Rio Grande do Sul, interessadas diretamente na eliminação do privilégio desfrutado pelo GDF de canalizar para sua receita tributária a arrecadação do ICM do trigo.

O Rio Grande do Sul é o principal consumidor de trigo do País. Do total de 655 mil tonela-

das do produto consumido no Estado, 216 mil serão importadas este ano. O Governo gaúcho reclama que, sendo o GDF tributário exclusivo da arrecadação do ICM sobre a revenda do produto importado, a economia gaúcha sofre um prejuízo mensal de Cr\$ 16 bilhões. Essa reivindicação do Rio Grande do Sul, segundo uma fonte do GDF, é velha, mas o governo José Aparecido pretende continuar rechaçando-a.

Além da ameaça da reforma tributária ora em preparação pela Secretaria do Planejamento, paira sobre a economia do GDF outro risco, também relativo à arrecadação proveniente da venda do trigo pelo Banco do Brasil: a unificação orçamentária, ontem discutida pelos técnicos do Planejamento e da Fazenda com o ministro-chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco. Com a unificação do orçamento monetário e fiscal, ambos a serem votados pelo Congresso, a conta-trigo, que recebe fartos subsídios, contestados pelo FMI, deixará de fazer parte do orçamento monetário para se incorporar ao orçamento fiscal.

Quem votará essa providência será o Congresso, que discutirá a nível de todas as bancadas se será conveniente ou não que os Estados consumidores do trigo ofereçam à economia do GDF a contribuição essencial à sua sobrevivência.